

# **A APROPRIAÇÃO MERCADOLÓGICA DA NATUREZA NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

**Orientando: João Paulo Monte de Santana**

**Orientador: Álvaro Ferreira**

## **Introdução**

Na cidade do Rio de Janeiro, evidencia-se um uso diferenciado do solo urbano por parte de diversos agentes, cuja culminância dessas práticas sociais resultaria numa organização espacial peculiar e detentora de contradições e conflitos. Como um dos elementos dessa peculiaridade, temos a paisagem constituída de fragmentos florestais concernentes ao bioma Mata Atlântica, atrelado à especificidade físico-montanhosa. É a partir desse contexto tanto social quanto ambiental que identificamos no espaço a apropriação social da natureza enquanto mercadoria (associado ao discurso de preservação); onde a prevalência do valor de troca sobre o valor de uso contribuí para o uso desigual do quadro físico-ecológico e para o discurso em benefício de determinados agentes e/ou grupos sociais dominantes (como o Estado, agentes imobiliários, etc.). Assim, a exclusão e a segregação espacial tornam-se expressões das desigualdades provenientes dos conflitos sociais e das contradições intrínsecas à sociedade atual, sob a hegemonia de um desenvolvimento geográfico desigual.

## **Objetivo**

Neste trabalho pretende-se analisar o processo de mercadificação da natureza no espaço urbano geograficamente desigual da cidade do Rio de Janeiro.

## **Metodologia**

A natureza como recurso (matéria-prima) produtivo há tempos se constitui, no âmbito da industrialização e da urbanização, como essencial aos processos de/para transformações (re) direcionados à lógica capitalista de acumulação infinita. Logo, para produção e reprodução do capital, as condições são criadas com esse objetivo, ou seja, a cidade, vista como a materialização das relações e práticas sociais, é assim construída para se tornar eficiente à circulação, produção e consumo de fluxos e mercadorias. Enquanto o urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações, forneceria um significado, uma representação do que pode ser vivido [1]. Dessa maneira, que as “relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano” [2].

Tais “relações de produção capitalistas”, baseadas no princípio de desenvolvimento geográfico desigual, consistem em elevar à equivalência de mercadoria os espaços e tudo que está contido neles, ou seja, toda a sociedade, com o fito de mercantilizá-los de acordo com que cada um tem a oferecer momentaneamente, em termos de condições vantajosas (seja através da sua valorização ou da sua desvalorização), para a realização da acumulação de capital.

Dessa maneira, a natureza na paisagem urbana é também apropriada enquanto mercadoria ao ser preservada, isto é, o valor de uso e o valor de troca dos “bens naturais” começam a ser determinados para o padrão de vida urbana e sob as leis do mercado, de acordo com as estratégias imobiliárias apoiadas pelo Estado. Assim, a conservação não quer dizer necessariamente uma conscientização relacionada aos serviços ambientais que a natureza pode oferecer.

A ênfase à mercadificação do espaço, das particularidades e diferenças, das materialidades sociais e naturais, etc., ou seja, a imposição da troca ao invés do “lado qualitativo do uso”, nos

leva à ignorância e à destruição da heterogeneidade imanente a cada lugar, assim como, à (re) produção das desigualdades sociais concretizadas pelas segregações espaciais. As materializações dessas práticas sociais históricas, desiguais, contraditórias e conflituosas no espaço são evidenciadas por imensas disparidades na cidade, cuja expressão mais latente é ter mansões de luxo e condomínios fechados, auto-segregados, ao lado de grandes extensões de favelas segregadas.

### **Conclusão**

Apesar dessa aparente encruzilhada, em que a dominação da natureza pelo capital se torna cada vez mais intensa, baseada nas relações de poder, é possível buscar uma alternativa justamente a partir da consideração do espaço de resistência, de descoberta e não só de alienação [3], pois, não são todos os agentes sociais, e nem em todos os momentos que há esta concepção alienada. É na própria sociedade que a contestação surge: “é *na* sociedade e *na* história que aparece a subjetividade reflexiva e deliberante e o sujeito político, enquanto ele se opõe aos indivíduos que são simplesmente conformes à instituição de sua sociedade” [4].

Uma consciência ecológica, manifestada, por exemplo, através de reivindicações, abre circunstâncias *sui generis* ao ser ao mesmo tempo uma ação política. A consciência ecológica pode *vir a ser* uma consciência política e a partir daí a ação pode transbordar à outras escalas do cotidiano e à outras esferas da sociedade.

Nesse sentido, vislumbra-se a importância da preservação e da conservação que está no fato de que os recursos ecológicos - por mais que partes consideráveis estejam em propriedades privadas - são um bem natural que ultrapassa os limites reais imaginários jurídicos criados pela sociedade, ou seja, é um bem natural coletivo, cujos benefícios e malefícios de um determinando uso repercutirão sobre o todo, mesmo que de forma diferenciada.

Daí a importância dos agentes sociais que possuem (muitos *sem saber*) um poder para controlar a degradação do ambiente ao construir uma conscientização coletiva e ecológica de respeito mútuo, pouco a pouco, de baixo para cima, (re) construindo rupturas e transformando as continuidades que edificam a lógica exploratória capitalista.

### **Referências Bibliográficas**

[1] LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

[2] SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.) *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

[3] MIRANDA, Ana Luisa. Cotidiano, ação e poder. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia: UFG, 2004.

[4] CASTORIADIS, Cornelius. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, Cornelius et al. *A Criação Histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.